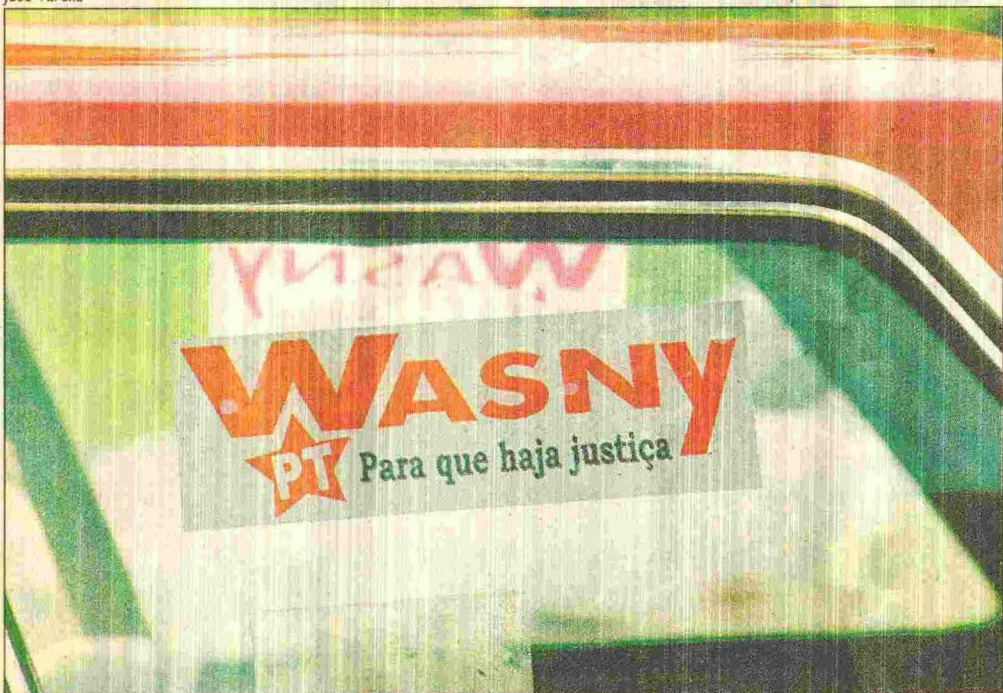


Tudo isso  
é a cara de  
um político  
chamado  
Paulo Maluf

José Varella



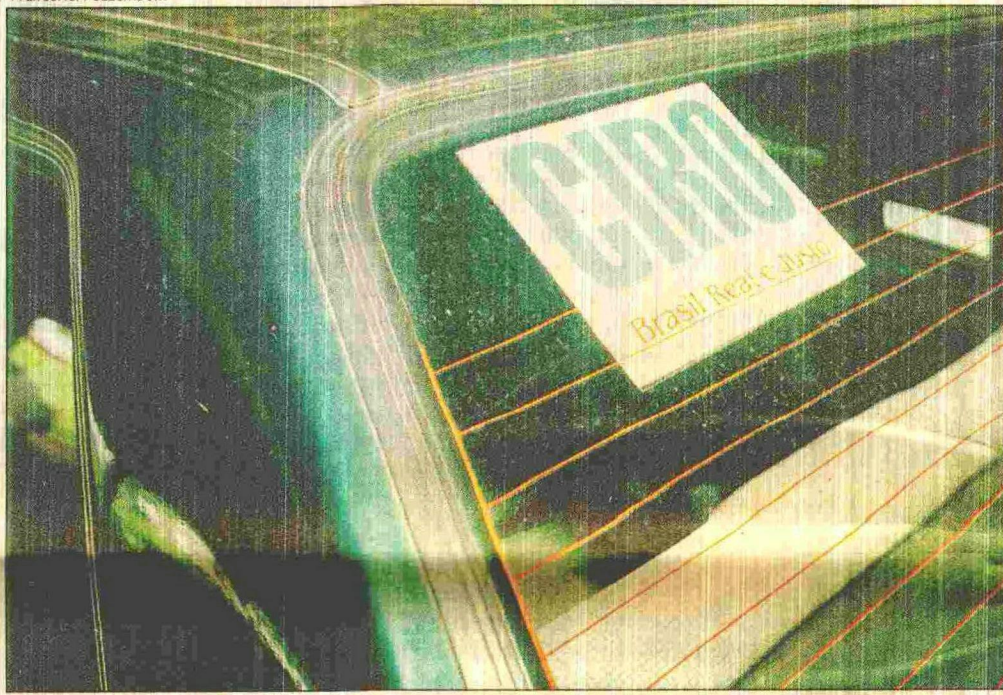
Wanderlei Pozzembom



José Varella



Wanderlei Pozzembom



# CAMPANHA NA RUA DESAFIA A LEI

A INSTRUÇÃO 20.106 DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) DIZ QUE A CAMPANHA SÓ COMEÇA EM 6 DE JULHO, MAS ADESIVOS, PLACAS — COMO OS FOTOGRAFADOS PELO CORREIO, ACIMA — E ANÚNCIOS DE TV DIZEM OUTRA COISA. ELOGIOS A CANDIDATOS AINDA NÃO HOMOLOGADOS, MENÇÕES A OBRAS E REFERÊNCIAS À ELEIÇÃO DESTA ANO JÁ SÃO COMUNS. SE AINDA NÃO ESTÁ DE FATO NAS RUAS, A CAMPANHA ELEITORAL JÁ CHEGOU PELO MENOS AO MEIO-FIO.

O dia do início da campanha está no primeiro artigo da instrução do TSE que trata da propaganda eleitoral. A razão é simples. A escolha de candidatos só ocorrerá em junho. Até lá, não há formalmente candidatos, não devendo haver campanha. Mas ela existe.

O ex-presidente Itamar Franco (PMDB) e o ex-governador Ciro Gomes (PPS), disputam em adesivos a paternidade do real, reivindicada também pelo presidente Fernando Henrique. "Itamar 98 — Quem criou o real tem um compromisso com o Brasil", diz um adesivo. "Ciro 98 — Brasil Real e Justo", afirma outro.

A propaganda em adesivos não distingue siglas. A campanha em placas é mais rara, mas já aparece no

Distrito Federal, e o uso de anúncios na televisão surgiu nas últimas semanas em espaço utilizado pelo PPB. "Paulo Maluf, quando foi prefeito, ao mesmo tempo em que fazia obras criava cem mil novos empregos por ano", diz anúncio sobre Maluf, candidato ao governo de São Paulo.

## DIVERGÊNCIAS

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), que usa em seu carro os adesivos "Augusto Carvalho — 98" e "Ciro 98" e pretende se candidatar ao governo do DF, trata esta propaganda como justiceira.

"Quem não está no governo só pode fazer campanha a partir de julho, mas quem está pode usar toda a propaganda governamental antes".

O deputado Luiz Estevão (PMDB), candidato ao Senado e que aparece em adesivos, diz não saber quem os mandou imprimir, mas condena a repressão. "Qualquer cidadão tem o direito de manifestar sua opinião".

Nem a Justiça Eleitoral se pronunciou até agora. O PPB de Maluf pediu que o TSE detalhasse o que entende por campanha, mas não foi atendido. A utilização de adesivos em automóveis, por exemplo, é polêmi-

ca. "O adesivo representa uma simpatia pessoal. Não vejo nada de irregular em seu uso", diz Torquato Jardim, ex-ministro do TSE.

"Se o adesivo trouxe o nome e alguma menção à eleição, como o ano de 1998, acho que é propaganda irregular", afirma um ministro do TSE, pedindo para não ser identificado. Para Torquato, a situação é diferente quando se trata de material claramente usado para atingir grande público.

O ex-ministro ainda não fez uma análise da propaganda do PPB, mas ressalta que anúncios de partidos podem fazer publicidade de determinadas pessoas e não propriamente da sigla. A primeira manifestação oficial do TSE será conhecida no julgamento ainda não marcado de uma ação do PT contra a propaganda do PPB.

Raimundo Paccó

